



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio de Sergipe – 06 de setembro de 2019

Correio Urbano

Correio de Sergipe • Aracaju • Sexta-feira 06 de setembro de 2019

A3 POLÍTICA

f Facebook: JornalCorreioSergipe

Caos administrativo

Tribunal de Contas fará auditoria extraordinária na cidade de Canindé

■ MUNICÍPIO SOFRE COM PROBLEMAS EM PRATICAMENTE TODAS AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Uma cidade que historicamente passa por problemas recorrentes. Assim tem sido Canindé de São Francisco, que invariavelmente sofre com más gestões desde os anos de 1990. Em mais um capítulo dessa saga indesejada para a população, o colegiado do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE) aprovou, no Pleno dessa quinta-feira (5), a realização de auditoria extraordinária nas contas públicas do município de Canindé, após solicitações dos Ministérios Públicos do Estado (MPE) e de Contas (MPC). Em ofício protocolado na Corte

de Contas, o MPE descreve o presente momento do município como "um verdadeiro caos fiscal, administrativo e financeiro", e sugere que a auditoria dê especial atenção às áreas de saúde e educação, num indicativo claro das mazelas pelas quais essa duas áreas, tão sensíveis, uma vez que a população depende muito delas, vêm passando numa das principais cidades do Alto Sertão sergipano.

Na área da saúde, o parquet destaca que os servidores estão sem receber salários há quase dois meses, que as unidades de saúde estão em estado avançado de precariedade e que faltam insumos e medicamentos básicos, o que



OS FATOS REPORTADOS SÃO GRAVES E TRAZIDOS POR AGENTE PÚBLICO DA MAIS ALTA CREDIBILIDADE E RESPONSABILIDADE

configura um desmantelo geral na questão administrativa e gerencial, uma vez que o funcionamento da saúde de qualquer município é custeado com verbas federais, as chamadas "carimbadas", uma vez que a utilização delas só pode

ser na saúde.

Já na educação, a informação é de que os alunos da rede pública municipal ficaram sem aula por mais de dois meses, num flagrante desrespeito ao direito garantido de educação universal para todos, expresso pela Constituição Federal. Outras irregularidades apontadas dizem respeito à aplicação irregular dos recursos do Fundeb, deficiência na oferta da merenda escolar, precariedade no transporte escolar e ausência de manutenção das escolas, novamente um problema grave que surge por conta do mau gerenciamento dos recursos recebidos, já que, assim como na saúde, a educação também

tem as chamadas verbas "carimbadas".

Ainda conforme o Ministério Público, foi constatada no município a contratação de "funcionários fantasmas", bem como a falta de controle sobre o pagamento de taxas de abate de animais no matadouro local, problema esse encontrado em diversos outros municípios, mas que, em Canindé, é agravado pelos problemas existentes em quase todas as áreas da administração pública.

O relato do MPE levou o Ministério Público de Contas, por meio do seu procurador-geral João Augusto Bandeira de Mello, a opinar pela realiza-

ção da auditoria extraordinária, que deverá ser efetuada pela 6ª Coordenadoria de Controle e Inspeção (CCI), sob relatoria da conselheira Angélica Guimarães.

"Os fatos reportados são graves e trazidos por agente público da mais alta credibilidade e responsabilidade, o que demanda, na visão deste Ministério Público de Contas, atendimento incontinenti e eficaz", afirma Bandeira de Mello em seu despacho.

ain
Lá mais, entende e opõe
Acesse: www.ain1.com.br